

Oposições querem minirreforma logo

Projeto do PT que prevê novas formas de obtenção de recursos começa a ganhar apoio de partidos

JOÃO DOMINGOS
e CONRADO CORSALETTE

A notícia de que o presidente eleito em outubro terá de correr imediatamente atrás de medidas para garantir receitas em 2003 foi recebida de forma diversa por partidos e candidatos. A proposta do PT para votar uma minirreforma tributária ainda no fim do ano ganhou o apoio dos outros partidos. Nesse pacote, coordenado pelo líder petista na Câmara, João Paulo Cunha (SP), estariam incluídas compensações para a perda de cerca de R\$ 11 bilhões de receitas a partir de janeiro, motivada pela redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), de 27,5% para 25%, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL), de 3% para 2%.

Ontem, em São Paulo, o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, em um debate promovido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que acredita ser possível implementar suas políticas sociais mesmo assim. Ele não vê o limite de R\$ 8 bilhões para investimentos no ano que vem como irreversível (ver página 7).

O candidato do PSB, Anthony Garotinho, declarou que seu plano de governo prevê a recomposição das perdas salariais do funcionalismo público.

Segundo ele, é falso o argumento de que é necessário arrocho fiscal para obter superávit fiscal. “Quer dizer que dinheiro para os banqueiros tem e para o funcionalismo não tem? É tudo uma questão de prioridade.”

O líder do PTB na Câmara, Roberto Jefferson (RJ), apóia a proposta de João Paulo. Ele disse que, se Ciro Gomes (PPS) vencer a eleição, será preciso garantir a governabilidade – o PTB integra, com PDT e PPS, a Frente Trabalhista, que apóia Ciro. O líder do PSDB, deputado Jutahy Júnior (BA), disse a João Paulo que poderia contar com sua ajuda.

João Paulo foi procurado pelo líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que queria saber sua disposição de negociar a aprovação de mudanças na Constituição que permitam a regulamentação do capítulo do sistema financeiro por partes e não como um todo, como determina o Supremo Tribunal Federal (STF). “Voto tudo. O sistema financeiro pode ser mudado”, respondeu o deputado petista.

Comissão – Num ofício ao presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), João Paulo propôs a formação de uma comissão especial para tratar do minipacote, durante o esforço concentrado previsto para os dias 7 e 28. Para que os projetos do minipacote possam ser apro-

vados em tempo, os partidos terão de apoiá-los sem grandes mudanças. No caso da compensação para a perda de receita, por exemplo, tudo terá de ser votado e aprovado até o fim de 2003, porque a lei exige que o imposto seja aprovado no ano anterior ao de sua entrada em vigor. Os parlamentares teriam de fazer ainda a previsão de verbas no Orçamento-Geral da União para o ano que vem.

Argumentos – “Estou confiante na aprovação das propostas, o Congresso deve ter uma renovação muito pequena. Quase todos serão reeleitos e podem engajar-se já na preparação de projetos para o próximo presidente”, afirmou João Paulo. Para ele, a mudança deve ser feita independentemente de quem for eleito.

No ofício encaminhado a Aécio, o líder do PT diz que a Câmara “não deve se manter alheia às questões que tanto preocupam a sociedade brasileira, como a reforma tributária”. João Paulo elogiou a iniciativa da Câmara de fazer um projeto para derrubar a cumulatividade do PIS/Pasep, atualmente aguardando votação. O petista aposta na busca de uma fórmula para selecionar projetos de lei em tramitação com temas relativos ao aprimoramento e à racionalização da incidência tributária sobre o setor produtivo. (Colaborou Gilse Guedes)

GAROTINHO
DIZ QUE ‘É
QUESTÃO DE
PRIORIDADE’